



***Sobre posicionamentos
luteranos frente ao
protesto racista Unite
the Right
(Charlottesville, 12 de
agosto de 2017)***

***On Lutheran statements
in response to the racist
Unite the Right rally
(Charlottesville, august
12, 2017)***

Cesar Motta Rios

Doutor em Literaturas Clássicas e Medievais (UFMG), com pós-doutorado na área da Filosofia Antiga (UFMG). Pesquisador independente, integrante do Grupo de Pesquisa Bíblia, Arqueologia e Religião (EST). São Leopoldo, RS, Brasil. cesarmottarios@gmail.com.

Resumo:

Apresento e discuto, neste artigo, as notas publicadas pela ELCA e LC-MS, duas grandes denominações luteranas norte-americanas, em suas respectivas páginas da internet em reação ao protesto de caráter neo-nazista nomeado “Unite the right”, ocorrido em Charlottesville no dia 12 de agosto de 2017. Em seguida, teço uma breve exposição a respeito do racismo, no sentido de explicitar a necessidade de posicionamento cristão contra o problema. Exponho o racismo como algo não natural, mas arquitetado de modo a promover e manter privilégios e desigualdades. Por fim, em diálogo com teólogos luteranos, especialmente Dietrich Bonhoeffer, reflito a respeito de como haveria de ser a reação esperada e pertinente de uma comunidade cristã inserida na tradição luterana diante de um acontecimento como o de Charlottesville.

Palavras-chave: Racismo. ELCA. LC-MS. Charlottesville. Unite the Right.

Abstract:

In this article, I introduce and discuss the statements published by ELCA and LC-MS - two important Lutheran denominations in the USA - on their respective websites in reaction to the neo-Nazi protest termed “Unite the right”, which took place at Charlottesville on August 12, 2017. Next, I offer a short exposition on racism to explain the necessity of Christian reactions against it. I expose racism as something not natural, but rather constructed to foment and maintain established privileges and inequalities. Finally, I reflect, in dialogue with Lutheran theologians, especially Dietrich Bonhoeffer, about what should be the expected and pertinent reaction of a Christian community in the Lutheran tradition to the event witnessed in Charlottesville.

Keywords: Racism. ELCA. LC-MS. Charlottesville. Unite the Right.

Considerações iniciais

No dia 12 de agosto, um protesto de caráter explicitamente racista, nomeado “Unite the right” [una a direita], se destaca no espaço público de Charlottesville, Virgínia, Estados Unidos. O acontecimento cobra posicionamentos. Não tarda, surgem diferentes reações de diversos grupos cristãos norte-americanos. Especialmente, moveram-me à escrita deste artigo as manifestações da Lutheran Church-Missouri Synod (LC-MS) e da Evangelical Lutheran Church of America (ELCA),

as quais, apesar de concordarem com a condenação do racismo, diferenciam-se de forma tal que a comparação fornece elementos para uma reflexão proveitosa e urgente.

Primeiramente, exponho uma breve leitura da nota divulgada por cada uma dessas instituições, ressaltando as diferenças. Em seguida, considero a complexidade e perversidade do problema do racismo, no sentido de pensar que tipo de reação seria mais coerente e relevante por parte de uma instituição eclesiástica. Por fim, reflito sobre a irrevogável (mas, por vezes, difícil) tarefa de uma igreja inserida na tradição luterana se posicionar de modo nítido diante casos como o de Charlottesville.

LC-MS e ELCA frente à manifestação em Charlottesville

Após a agitação causada na mídia pelos eventos em Charlottesville, a ELCA manifestou-se prontamente com uma declaração a respeito do racismo. O texto, que foi postado no dia 15 de agosto, às 15h, era acessível, no dia 23 de agosto, por um *link* em destaque na página inicial do site da denominação. A nota começa nos seguintes termos:

A Evangelical Lutheran Church in America [Igreja Evangélica Luterana na América] se posta contra todas as formas de ódio e discriminação. A Igreja crê que diferenças culturais, étnicas e raciais devem ser vistas e celebradas como aquilo que Deus pretende que elas sejam – bênçãos em vez de meios de opressão e discriminação.¹

O nome da denominação aparece logo de início, em uma frase contundente. Um posicionamento já está definido. Em seguida, esse posicionamento é conectado com uma concepção teológica: pensamento e ação das pessoas deveriam ser coerentes com o intento divino. Esse argumento é detalhado no parágrafo seguinte:

A declaração social “Libertos em Cristo: Raça, Etnicidade e Cultura” declara: “Racismo – uma mistura de poder, privilégio e preconceito – é pecado, uma violação do intento de Deus para a humanidade. As barreiras raciais, étnicas ou culturais resultantes negam a verdade de que todas as pessoas são criaturas de Deus e, por conseguinte, pessoas de dignidade. O racismo fratura e fragmenta tanto a Igreja quanto a sociedade.”

É importante o fato de que o racismo não é apresentado como uma questão meramente de diferenças, mas “uma mistura de poder, privilégio e preconceito”. Como se verá no tópico seguinte, trata-se de percepção imprescindível. Não obstante, por outro lado, também se verá que a manutenção da ideia de que há de fato “raças” diferentes (definidas por natureza ou criação divina) entre os seres humanos pode ser problemática.

Passo a outro trecho importante:

“Nós reconhecemos que o tipo de violência que testemunhamos em Charlottesville no fim de semana passado é muito real e afeta a todos nós” – disse a episcopisa presidente da ELCA Elizabeth A. Eaton. “Precisamos nos levantar firmemente contra o racismo e o antissemitismo, denunciar e defender com outros. Jesus, que faz visíveis aqueles que são

¹ *ELCA commitment to confronting racism and anti-Semitism*. Disponível em <<https://www.elca.org/News-and-Events/7896>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

invisíveis, já está lá. Nós temos que nos mostrar, e temos que ouvir em cada uma de nossas comunidades.”

Destaco a menção direta ao evento recente que motiva a nota e, em especial, o reconhecimento da líder eclesial de que o que ali se deu não se trata de um assunto distante, mas de algo “muito real” e que “afeta a todos nós”. A responsável pela voz da Igreja se envolve no ocorrido e, a partir dessa colocação de si dentro do problema, junto com as pessoas que vivenciam o sofrimento, reage com o discurso e convoca os seus ouvintes a tomarem a mesma atitude. Além disso, aponta para Jesus Cristo como parâmetro da ação da Igreja. Ela precisa se fazer presente, pois Jesus “já está lá”. Por fim, é significativo que o envolvimento proposto não é unidirecional. Não se trata de ensinar somente, mas também de escutar. O que se propõe não é assumir um tom professoral revestido de absoluta hierarquização. Uma postura assim poderia ser mais cômoda e simples. Escreve-se um texto, ministra-se um curso, uma ou outra palestra, e dá-se por encerrada a questão. Contudo, isso não corresponderia à complexidade da vida e não valorizaria devidamente os sujeitos que vivenciam o problema em questão. Não é pertinente a imposição do monólogo de alguém que julga deter todo o saber e toda solução para fazer frente ao dilema, mas sim um relacionamento dialógico e inclusivo. Afinal, o que está em questão não é um assunto simplesmente, mas vidas de pessoas reais, dotadas de reflexão e conhecimento.

A LCMS, por sua vez, divulgou inicialmente apenas uma oração preparada pelo presidente do Sínodo, Matthew C. Harrison. O conteúdo dessa oração, pouco específico e, considerada a gravidade dos fatos, um tanto evasivo, reflete o título dado: “a prayer for peace in our nation” [oração pela paz em nossa nação]². Após alguns dias, a LC-MS divulgou também um pronunciamento a respeito do racismo. Não há informação na publicação sobre data de sua postagem. No dia 23 de agosto, o texto não aparecia divulgado na página inicial do site da denominação. Para acessá-lo, fazia-se necessário, antes, selecionar em um menu a subpágina *social issues* [questões sociais]. Assim como aconteceu na oração, essa nota é um tanto genérica. Estranhamente, não há qualquer menção ao acontecimento em Charlottesville. Se alguém acessasse o site sem conhecimento do contexto, julgaria tratar-se de um pronunciamento espontâneo sem motivação específica. O tema é abordado a partir de uma perspectiva dogmática em tom técnico:

O amor de Deus por este mundo (João 3.16) joga por terra os muros divisores entre os povos (Ef 2.13-16). Como filhos de Deus, os cristãos amam seu próximo como Deus os ama (Lucas 10.25-37).

A separação das pessoas em nações, línguas e grupos é um resultado da queda em pecado (Gen. 11), e é um dos aspectos da criação quebrada de Deus restaurada por meio da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Nós esperamos ardentemente sua vinda, quando todos vão ser um nEle (Ap 7.9) como lhe apraz, como nos criou para sermos.³

No primeiro parágrafo citado, manifesta-se uma visão do saber teológico como aquele que oferece, de fora, respostas verdadeiras e suficientes a questões pontuais da realidade presente. Há zelo pela correção teológica e por certo respaldo escriturístico. Mas não há inserção clara e empática no

² HARRISON, Matthew. *A Prayer for Peace in Our Nation*. Disponível em <<https://blogs.lcms.org/2017/a-prayer-for-peace-in-our-nation>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

³ *Racism*. Disponível em <<https://www.lcms.org/social-issues/racism>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

problema vivenciado na sociedade norte-americana. Há, pelo contrário, notório distanciamento. Não se explora a dinâmica do problema no mundo. O tema que gera problema no mundo real é levado para o âmbito do debate teológico sem que se considere sua complexidade, sua pungência e suas implicações nas vidas dos sujeitos reais. Há uma assepsia do acontecimento real, de modo que o que transparece é somente a discussão sobre um conceito, de uma ideia. Aquilo que é de uma dramaticidade notável é acolhido no discurso como um assunto restrito a ser tranquilamente tratado de modo técnico. Há um problema nomeado, e há resposta pronta para ele. Esse movimento é possível e simples por não haver uma consideração da densidade e profundidade do dilema, mas apenas do fato de que ele existe. Por isso, o discurso se resolverá somente com afirmações teológicas e citações bíblicas. Segundo dos parágrafos citados confunde o racismo com “distinção entre nações, idiomas e grupos”. Enquanto, na nota da ELCA, a pluralidade de grupos e culturas é vista como tendo sido criada por Deus para ser celebrada, aqui, a partir de uma leitura do relato da Torre de Babel, as diferenças, e não o racismo em si, são entendidas como resultado do pecado. A partir da hermenêutica mobilizada para a leitura da Bíblia (e do mundo), o cenário que a declaração da LC-MS descortina é um tanto preocupante. Assim como as dores de parto, o suor do rosto para obter alimento, as enfermidades, a diversidade humana pode ser entendida como algo a ser tolerado, como uma consequência inevitável do pecado humano. Dificulta-se consideravelmente uma visão positiva do diferente. Mais que isso: o grupo privilegiado pode entender a si mesmo como padrão, e ver os demais como desviantes.⁴ Assim, no entendimento de parte dos leitores da nota, o resultado do pecado pode ser não simplesmente a diversidade, mas, pior ainda, a não unidade de todos como brancos.

O problema mal identificado é tratado com certa resignação, uma vez que é apresentado como praticamente inevitável “aspecto da criação quebrada de Deus”. Cristo aparece como restaurador da unidade. Há menção de sua obra na cruz, mas não de sua presença e ação no contexto atual. Mesmo o efeito de sua obra na cruz acaba escapando do presente, pois, imediatamente, a frase final adia esse efeito para o devir escatológico, o que, na prática, faz a resignação retomar sua força.

Na parte inferior da nota, há um subtítulo com as seguintes palavras: “Condenando o racismo”. Uma linha de texto está visível e informa que “a LC-MS condena o racismo e convoca seus membros a combatê-lo na Igreja e na sociedade, conforme registrado em oito resoluções convencionais”. Para visualizar a continuação da postagem, o leitor precisa acionar a opção “continue reading” [continuar lendo]. Segue a lista desses documentos, mas nenhum *link* está disponível. Apenas um trecho de resolução de 1992, que afirma ser o racismo um pecado contra Deus, é citado, juntamente com um trecho do estatuto da denominação, segundo o qual, congregações cujos estatutos excluam a possibilidade de filiação de pessoas por causa de “raça ou origem étnica” serão desligadas do Sínodo. Essa estruturação do texto pode ser interpretada de duas formas praticamente opostas. De modo mais positivo, alguém pode entender que se trata de um cuidado técnico (embora faltem os *links* para as resoluções) no sentido de convencer algum membro da denominação que julgasse poder se colocar como racista e, ao mesmo tempo, integrar do Sínodo de que ele está *oficialmente* errado.

⁴ Esse fato é facilmente reconhecido no uso do termo “ethnic” no inglês atualmente. Uma pesquisa no Google por imagens de “ethnic models” resulta em uma profusão de fotos de modelos negras e asiáticas, mas não “brancas”. Soa como se a modelo branca fosse representante do grupo neutro, padrão humano, enquanto as demais seriam “de etnias”, diferentes desvios do padrão.

Por outro lado, alguém poderia sugerir que se percebe mais uma vontade de provar que a denominação é antirracista do que de, nesse momento específico de crise, levantar-se enfaticamente contra o racismo. Não se trataria de manifestação espontânea, mas de justificativa diante de provável opinião alheia.

Por fim, convém observar também a imagem que ilustra a nota no site da LC-MS, e que pode favorecer, dentre as duas possíveis leituras antes apresentadas para o texto, a mais negativa. Dois homens adultos brancos, vestidos com camisas clericais, oram unidos a duas pessoas negras, um homem e uma mulher. Esses dois usam roupas informais. É difícil não pensar que o que se comunica com a imagem é que a LC-MS acolhe os negros. Essa mensagem, contudo, é problemática, na medida em que mantém uma ideia já por si tendenciosa, segundo a qual os líderes/especialistas brancos, parte original da Igreja, acolhem generosamente os negros leigos. De um lado, aqueles que têm a prerrogativa de definir os parâmetros e a disposição de receber. Do outro lado, aqueles que têm a oportunidade de serem recebidos e de adequar-se aos parâmetros definidos.

Perversidade e a arquitetura do racismo

Não é prudente ou produtivo considerar tratado o problema por localizá-lo no âmbito do pecaminoso. Antes de uma resposta teológica a um problema atual, é preciso procurar um entendimento minimamente profundo a respeito do problema em si. Entendendo um pouco mais, é possível que a Igreja perceba que sua voz pode ser mais exigida e efetiva.

Primeiramente, é necessário reconhecer que o racismo e a própria noção de “raça” não são naturais.⁵ Rodolfo Stavenhagen afirma:

Raça não gera racismo, mas, pelo contrário, o racismo gera “raças”. Isso parece ter uma diferença meramente semântica, mas tem implicações práticas e políticas. Em tempos anteriores, sustentava-se que “raça” era algo essencial, imutável, um atributo que distinguia permanentemente os seres humanos uns dos outros. Hoje, o termo se refere, antes, a diferenças socialmente construídas, cujo conteúdo varia de acordo com a mudança das circunstâncias.⁶

Há uma implicação teológica nessa reconsideração. Ainda que, dogmaticamente, as igrejas acusem o racismo como pecado, o que não está errado, é preciso reconhecer que não se trata de um traço (pecado atual) do pecado em si (pecado original) inevitavelmente presente e manifesto no ser humano. Assim fosse, seria o caso de dizer, conforme a linguagem teológica tradicional, que, depois da queda, o racismo está presente no ser humano, e só pode ser controlado, junto com o velho homem, diariamente, até a consumação dos séculos. Não obstante, quando se tem o entendimento de que se trata, pelo contrário, de algo culturalmente construído, o racismo pode ser não simplesmente acusado de pecaminoso, mas também desconstruído, combatido pelo discurso.

⁵ Ainda que a categoria “raça” seja tomada das ciências naturais.

⁶ STAVENHAGEN, R. Structural racism and trends in the global economy. *The International Council on Human Rights Policy Review Meeting*, 1999. p. 6-7. Uma argumentação oposta, mas um tanto inadequada em sua fundamentação, a meu ver, pode ser encontrada em SALZANO, F. M. Raça, racismo e direitos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 225-227, jan/jun 2005.

Certamente, outras formas de discriminação acompanharam a humanidade ao longo da história. Grupos étnicos se enfrentaram (e se enfrentam) em incontáveis contextos.⁷ Não obstante, o alvo não era distinguido estritamente a partir de traços físicos/biológicos. A noção de grupo se fundamentava em um conjunto mais amplo de fatores, que inclui o que chamamos de cultura.⁸ Isso não significa que as práticas discriminatórias fossem menos execráveis, mas, decerto, indica tratar-se de outro fenômeno.

O racismo e a ideia de raças não surgiram por uma ideia aleatória ou mera reflexão desconectada da realidade, mas parecem emergir de uma complexa rede de fatores relacionados com estratégias que envolviam (e envolvem) poder econômico e político na formação mesma da modernidade.⁹ As diferenças que se apontam estão a serviço das desigualdades que se legitimam.¹⁰ Sendo bastante específicos, Anne Bonds e Joshua Inwood, que conectam diretamente a gênese do problema do racismo ao colonialismo de povoamento, afirmam que “a supremacia branca é a lógica definidora de ambos, racismo e privilégio, como são produzidos cultural e materialmente”.¹¹

Ora, ao menos nesse caso, é literalmente aplicável a seguinte afirmação bíblica: “O amor ao dinheiro (φιλαργυρία) é a raiz de todos os males”.¹² Isso revela que, mais que simplesmente ser pecado, o racismo é resultado de uma intrincada maquinação perversa. Ele é, sim, pecado, e está assentado em pecado. É, de certa forma, a ponta do iceberg. Isso é importante reconhecer e afirmar, para que não se dê espaço a uma acomodação da seguinte natureza: “É pecado como outros tantos pecados que vivenciamos inevitavelmente, se considerarmos as palavras de Jesus no Sermão do monte. Resta-nos confiar no perdão”. Permitir que essa acomodação prospere entre os cristãos não é simplesmente favorecer a confiança na graça divina. Antes, é ser negligente e cúmplice de um mesquinho sistema de opressão camuflado como reflexo da natureza.

Alguém poderia desentender o que aqui se diz e afirmar que há raças por haver diferenças físicas visíveis entre pessoas oriundas de diferentes regiões e pertencentes a diferentes grupos. Explico, pois, que esses traços característicos têm relevância diferente conforme o observador os recebe e aproveita. A delimitação de um grupo (a ser excluído ou privilegiado) a partir um ou outro traço característico selecionado para ser determinante é construção social. É no espaço social que se levantam e respondem implicitamente perguntas como: Qual traço será significativo? Qual o leque de diversidade desse traço será considerado? Qual o percentual de proximidade ou distanciamento de

⁷ No século I d.C., por exemplo, judeus e egípcios se engalinhavam discursivamente na cidade de Alexandria, de modo que Fílon (o Judeu) chegou a representar os rivais com traços monstruosos (RIOS, C. M. *O próprio e o comum*: rastros da interculturalidade na escrita de Fílon de Alexandria. 2013. 403f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – UFMG. Belo Horizonte, 2013. p. 59-70).

⁸ Cabe aproveitar a observação para marcar que a mera substituição do termo “raça” por “etnia” não resolve o problema se o conceito de “etnia” não suplantar o de “raça”.

⁹ MULLINGS, Leith. Interrogating Racism: Toward an Antiracist Anthropology. *Annual Review of Anthropology*, v. 34, p. 667-693, 2005. p. 671.

¹⁰ A dinâmica um tanto óbvia, mas frequentemente esquecida, entre diferenças e desigualdades é considerada de modo notável em CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*: mapas da interculturalidade. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

¹¹ BONDS, Anne; INWOOD, Joshua. Beyond white privilege: Geographies of White supremacy and settler colonialism. *Progress in Human Geography*, v. 40, n. 6, p. 715-733, 2016. p. 720.

¹² 1 Tm 6.10.

um ou outro extremo de tal característica é suficiente para a inclusão ou exclusão? No Brasil, responde-se a isso atualmente com certa frequência em formulários oficiais. Branco, pardo ou negro? Quais os limites de tonalidade de pele ou traços faciais para cada opção? Há mesmo relevância nesses traços para a categorização de pessoas?

Essa última pergunta exige cuidado, pois não estamos no início de um processo artificial de divisão da humanidade e das sociedades em diferentes “raças”, mas sim colhendo incontáveis frutos amargos de algo instaurado há tempos. Seria insensato, ou melhor, cruel se, depois de todo o estrago produzido, simplesmente, fosse ignorada a história do que se fez e se começasse do zero a partir de um entendimento mais preciso (como se a imprecisão anterior não houvesse deixado rastros).¹³ Trata-se de uma questão cujo tratamento não cabe neste pequeno texto. Apenas a levanto para evitar incompreensões. Sigo com exemplos que podem esclarecer o que vinha sendo proposto.

Em primeiro lugar, um relato pessoal: Quando estava por completar quatro anos de idade, minha filha escolhia um programa para assistir na TV. Entre os títulos disponíveis e ilustrados com fotos, estava o da novela infantil *Carrossel*, com o personagem Cirilo na imagem. Ela dizia repetidas vezes: “Quero o do menininho, papai!”. Como havia mais títulos ilustrados por “menininhos” na tela, demorei a entender a seleção de minha pequena. Na verdade, ela teve que se levantar e apontar para o menininho em questão. Se um adulto estivesse na mesma situação, provavelmente diria logo: “O do menininho negro”. Era o único negro na tela. Júlia, mesmo tendo um vocabulário bastante amplo no campo semântico das cores, não considerou que a tonalidade da pele do ator fosse um traço distintivo óbvio para ser usado em sua identificação. Para ela, era um menininho. Simplesmente, um menininho, e não um cachorrinho ou gatinho.

Encontro um exemplo parecido em relato recente de Mark Mohr, líder da banda cristã de reggae Christafari, divulgado dois dias após o protesto em Charlottesville:

Explicar o racismo para nossa filha de cinco anos em Auschwitz não foi fácil. Ela não vê seus pais da forma como os racistas veem. Nós somos apenas mamãe e papai para ela. Ziza, literalmente, tem feito amigos em todos os continentes (incluindo nossa banda multinacional), e acolhe a variedade de cores e culturas com as quais o Senhor abençoou nosso planeta. Os ancestrais de sua mãe foram ex-escravos e nativos caraíbas, e os ancestrais de seu pai foram alemães, ingleses, noruegueses e índios chippewa (incluindo parentes que foram provavelmente mortos em Auschwitz durante o holocausto). Ziza não nos vê como negra ou branco. --Nós somos pessoas que são totalmente preciosas aos Seus olhos. Posso estar sendo tendencioso, mas acho que o mundo precisa de mais crianças miscigenadas. Elas não somente são lindas, mas suas perspectivas não têm preço. E nós podemos aprender algo delas. O racismo não é algo com o que uma pessoa nasce. É ensinado e exemplificado. Em vez disso, vamos ensinar amor! 1 Jo 4.7-8.¹⁴

¹³ De fato, irônica e infelizmente, um discurso aparentemente antirracista pode ser usado para garantir a manutenção das desigualdades erigidas pelo discurso racista (cf. SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. In: Psicologia Política, v. 10, n. 19, p. 41-55, Jun. 2010. p. 50).

¹⁴ MOHR, Mark. Disponível em <<https://www.facebook.com/ChristafariBand/photos/a.10151659289686476.1073741827.147913411475/10154958379256476/?type=3&theater>> Acesso em: 30 ago. 2017.

Mencionável também, neste ponto da argumentação, é a variação do tom de pele nas representações dos habitantes do Pacífico por viajantes holandeses. Obviamente, a coloração da pele das pessoas reais não se alterou, mas, no papel, com o maior interesse de se marcar uma diferença entre holandeses e habitantes daquelas ilhas alvo de interesse colonialista, os tons foram gradativamente escurecidos.¹⁵

A partir dessa reflexão, entendo que o posicionamento das instituições eclesiais a respeito do racismo deveria ser não somente teologicamente correto, mas também veemente, claro e suficientemente sofisticado para dar conta da complexidade da questão. O racismo se mostra como uma perversidade não arraigada inevitavelmente na natureza humana, mas arquitetada de modo vil com vistas a interesses escusos.

Luteranismo e o posicionamento em momentos críticos

Acontecimentos como o de Charlottesville parecem nos colocar diante de um quadro de contraste como o vislumbrado uma vez por Dietrich Bonhoeffer:

Hoje temos, de novo, canalhas e santos, e isso à plena luz do dia. O cinzento do dia de chuva transformou-se na nuvem preta e no raio brilhante da trovoadas. Os contornos estão super nítidos. A realidade põe-se a nu. Os personagens de Shakespeare vagueiam entre nós.¹⁶

Em tal cenário, nem seria o caso de dizer que “a Igreja precisa sair em defesa de um dos lados”. Enquanto Igreja, ela já deveria estar ali, no primeiro lampejo, antes que isso se pronunciasse. Então, junto dela se postariam os demais que resistem pela vida, humanidade e respeito.¹⁷ E, aqui, parece-me adequado mencionar as palavras publicadas por um líder católico-romano no dia do protesto em Charlottesville: “Quando se trata de racismo, há somente um lado: ficar firme contra ele”.¹⁸

Qualquer tomada de posição exige algo que está além de concepções dogmáticas bem delineadas, ainda que se possa dizer ou esperar que a correta tradução em vida de concepções dogmáticas corretas produziria ações adequadas. O fato é que há algo que está além do campo do conteúdo, mas no das atitudes, da *performance*, do modo de ser no mundo. Também essa disposição pode ser aprendida de dentro da tradição luterana, como bem demonstrou Vítor Westhelle. A teologia luterana pode transcender o conformismo a que se chegou no período da ortodoxia e ser, como foi a teologia de Lutero, contextualizada, encarnada, inovadora e ousada.¹⁹

Se não o fizer, e se preferir encaracolar-se em sua zona de conforto e segurança, no discurso próximo do texto sagrado, mas distante da vida na carne (e osso), a Igreja pode, como cada pessoa

¹⁵ MULLINGS, 2005, p. 672.

¹⁶ BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. Trad. Helberto Michel. 11ª Edição. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2015. p. 45.

¹⁷ Ainda aqui, dependo de Bonhoeffer (2015, p. 41-42).

¹⁸ Frase postada pelo arcebispo de Chicago, Cardeal Blase J. Cupich no Twitter, em 12 de agosto, como reação inicial aos eventos em Charlottesville. Disponível em <<https://twitter.com/CardinalBCupich/status/896560527253569537>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

¹⁹ WESTHELLE, Vítor. 500 anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas. *Cadernos Teologia Pública*, n. 97, v. 12. São Leopoldo: Unisinos, 2015.

individualmente também pode, enganosamente, estar se recolhendo junto à mais corrosiva negligência. Bonhoeffer é incisivo em sua reflexão:

Na fuga do empenho público, um ou outro alcança o asilo de sua *virtude* particular: Não rouba, não mata, não comete adultério e, dentro de suas forças, pratica o bem. Mas, na sua voluntária desistência da presença pública, sabe preservar com precisão os limites permitidos que o protegem do conflito. Dessa forma tem que fechar olhos e ouvidos para a injustiça ao seu redor. Só pode preservar sua irrepreensibilidade particular de maculação por ação responsável no mundo às custas de autoilusão. Com tudo que faz, aquilo que deixa de fazer não lhe permitirá sossego. Essa intranquilidade o destruirá ou o tornará o mais hipócrita dos fariseus.²⁰

No caso de uma instituição eclesiástica, poderíamos pensar que essa virtude particular que lhe serve de asilo poderia ser uma dogmática irrepreensível, uma liturgia histórica primorosa e um repertório de música sacra invejável. Ironicamente, o que deveria ser instrumento para culto e serviço pode ocupar o lugar de Deus mesmo, como objeto de culto, e ser mobilizado para dissimular a fuga do serviço ao próximo. A Igreja pode, no fim das contas, ser ídolo de si mesma.

Toda ação da igreja encarnada no mundo requer o humilde reconhecimento de que ela mesma não é objeto de culto, porque, na ação, revelam-se a precariedade e a dependência. “Sem mim, não podeis fazer nada!” – Diz Jesus no Evangelho (Jo 15.5). E a afirmação é citada na *Confissão de Augsburgo*, quando discorre a respeito da relação entre fé e boas obras.²¹ Os confessores reconhecem que sua boa ação não subsiste por causa de si mesmos, mas é possibilitada pelo Deus encarnado, crucificado e ressuscitado.

Bonhoeffer aponta para a necessidade de compreender em conjunto essa realidade de Cristo na encarnação, crucificação e ressurreição, que tem implicações para *nossa* realidade. Como encarnado, vemos em Cristo a autorização divina para que o ser humano prossiga existindo como ser humano, ainda que a vida de Jesus santo e sofrimento exponha uma condenação absoluta do pecado e uma condenação relativa das ordens humanas como as temos.²² A justiça de Jesus contrasta com a injustiça dos outros seres humanos, assim como o acolhimento que ele realiza contrasta com a segregação fomentada pelo racismo. Como crucificado, vemos em Cristo o juízo de Deus contra a humanidade. Reconhecemos a aversão de Deus ao pecado humano. O desgosto divino para com gestos vis como a prepotência racista e tantos outros tem uma consequência severa, que recai sobre Jesus. E cada vez que a cruz é lembrada, esse fato nos é anunciado.²³ Como ressuscitado, vemos a ação amorosa de Deus no sentido de engendrar uma nova criação. Pela ressurreição de Cristo, Deus inaugura nossa ressurreição. Apesar dessa ruptura, a vida presente prossegue, mas não sem novidade também em seu âmbito: “a nova vida irrompe cada vez com mais vigor na vida terrena e cria nela seu espaço”²⁴.

²⁰ BONHOEFFER, 2015, p. 47.

²¹ CA, XX, 39.

²² BONHOEFFER, 2015, p. 85-86.

²³ BONHOEFFER, 2015, p. 86.

²⁴ BONHOEFFER, 2015, p. 86.

Nessa dinâmica, ainda há uma contradição frequentemente inevitável. Os cristãos agem em favor do próximo, por causa de Cristo e fundamentados nele, mas tomam decisões a partir do conhecimento limitado próprio da condição humana. Isso pode ser difícil e trabalhoso. É preciso que se faça análise criteriosa a partir da distinção entre os dois regimentos, e consideração das ordens política e econômica.²⁵ Ademais, a clara distinção entre dois lados de que trata Bonhoeffer, embora exista em momentos emblemáticos como o de uma manifestação de caráter nazista, e solicite realmente uma tomada de partido, não nos deve levar a conceber uma visão maniqueísta de mundo, segundo a qual seria sempre razoavelmente clara a posição a tomar. É oportuno ter na memória a dramática exclamação concisa do salmista: “não há alguém que faça o que é bom”²⁶, que tem um eco em contexto mais intelectual, argumentativo na carta de Paulo aos Romanos: “não há um justo sequer”.²⁷ Ainda que as ações de uma pessoa ou grupo sejam (intencionalmente) justas, há uma constante (possibilidade de) contradição, por causa não simplesmente da ação em si, mas do agente.²⁸

É conveniente lembrar que Primo Levi, também vítima do regime nazista, percebe algo oposto ao relatado por Bonhoeffer. Enquanto o pastor luterano via o cinza do céu nublado se distinguir duas cores contrastantes, o judeu sobrevivente da Shoá, esperando encontrar contraste nítido, descobre, no cotidiano campo de concentração, uma zona cinzenta, na qual se percebe maldade onde se esperaria benevolência e vice-versa. E não se consegue facilmente emitir um juízo para as ações.²⁹

Essas duas percepções, de Bonhoeffer e Primo Levi, são claramente paradoxais. Contudo, se complementam de modo bastante útil, para que se desvele, ao mesmo tempo, a irrevogável tarefa do posicionamento e a extrema dificuldade de fazê-lo sempre com sabedoria. A Igreja, decerto, não pode permanecer inerte por receio, vencida por aporia contínua ou por uma hipermetropia, que impede ver com clareza o que está (cronologicamente) perto, mantendo o foco de atenção exclusivamente na consumação dos séculos. Quando reage assim, caberá somente reconhecer o erro: “A igreja confessa ter culpa para com as numerosas pessoas cuja vida foi destruída por difamação, denúncia e desonra. Não mostrou o erro ao caluniador e abandonou assim o caluniado à sua própria sorte”.³⁰

Mais esperado é que a Igreja não se prive da ação diante da dor do outro, esperando passivamente por uma ação *imediate* de Deus. A partir da fé, colocado no mundo como colaborador de Deus, o cristão tem o olhar direcionado para o próximo com vistas ao benefício dele e não próprio:

²⁵ Há, ainda, o possível problema de que pessoas ligadas à Igreja entendam que a defesa de alguém de fora da comunidade esteja além do âmbito de sua vocação. O ensino luterano sobre vocações acaba sendo, assim, mobilizado no sentido de limitar a ação. A esse respeito, cf. BONHOEFFER, 2015, p. 165.

²⁶ Sl 53.1. Seria difícil reproduzir a concisão das palavras do hebraico, que, aqui, soam com a brevidade de um golpe seco: כִּי־אֵין־עוֹשֵׂה־טוֹב.

²⁷ Rm 3.10.

²⁸ Isso jamais deverá produzir conformismo, uma vez que, mesmo sem Cristo, é possível e se espera que o ser humano leve uma vida exteriormente honesta guiando-se pela razão naquilo que a razão compreende (CA XVIII). E, como o racismo é uma construção social, espera-se que seja evitado não somente pelo crente que entende ser pecado contra Deus, mas também pelo descrente provido de bom senso e honestidade.

²⁹ LEVI, Primo. A Zona Cinzenta. In: _____ Os Afogados e os sobreviventes – Os delitos, os castigos, as penas. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 31-59

³⁰ BONHOEFFER, 2015, p. 75.

A fé confere ao ser humano identidade “excêntrica”, de fora para dentro, pois tira o ser humano de seu centro e o coloca em outro centro, isto é, em Cristo. Tornando cristocêntrico, o ser humano é também tirado da escravidão do seu egoísmo e colocado, pelo amor, num segundo centro, fora de si, de forma que as outras pessoas se tornam efetivamente próximas (*Mitmenschen*) e o todo da criação passa a ser cocriação (*Mitschöpfung*). Pela fé, a pessoa cristã é tornada cristocêntrica e pelo amor, alterocêntrica.³¹

Por fé e amor, de modo cristocêntrico e alterocêntrico, a Igreja se move, sabendo que o caminho de arrependimento e perdão que tem a anunciar não é só para os algozes do momento, mas também para as vítimas e para ela mesma, sobretudo. Justificados por graça mediante a fé³², livres de qualquer pretensão de perfeição em cada uma de suas palavras e da expectativa de retribuição³³, os cristãos, como Igreja, podem se entender como Corpo de Cristo na terra, e, encarnados, fazerem-se presentes onde Jesus está. E ele está no sofrimento de gente comum.³⁴

Considerações finais

Há quem entenda que, somente quando a ameaça se volta contra o conteúdo da fé, a Igreja deveria se posicionar publicamente, combater a injustiça de modo aberto. Bonhoeffer confronta esse tipo de pensamento por meio de uma leitura bíblica perspicaz:

“Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus” (Mt 5.10). Não se fala aqui da justiça de Deus e, portanto, não da perseguição por causa de Jesus Cristo; São bem-aventurados os perseguidos por uma causa justa – e, podemos acrescentar, por uma causa verdadeira, boa, humana (cf. 1Pe 3.14 e 2.20). Com essa bem-aventurança, Jesus contesta veementemente a errônea timidez daqueles cristãos que evitam todo sofrimento por uma causa justa, boa e verdadeira, a estreiteza, portanto, que coloca sob suspeição qualquer sofrimento por uma causa justa e dele se distancia, alegando que só poderiam ter consciência limpa num sofrimento por causa da explícita confissão de fé em Cristo. Jesus importa-se com aqueles que sofrem por uma causa justa, mesmo que não seja exatamente a confissão de seu nome; integra-os em sua proteção, em sua responsabilidade e em sua reinvidicação.³⁵

Não é só com o âmbito eclesiástico que Cristo se importa. E não é estrita e exclusivamente no âmbito das obras eclesiásticas que os cristãos agem como Cristo.

³¹ WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: Ética cristã a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martin Lutero. In: Estudos Teológicos, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 14-29, 2017. p. 27.

³² A justiça passiva (dádiva de Deus por meio de Cristo) não anula a justiça ativa. Uma é a justiça que nos confere nova identidade diante de Deus. Outra é a justiça que se manifesta em nova performance no mundo. A segunda depende da primeira, que é sua fonte. Essa diferenciação aparece nos textos de Lutero de 1518, época da assim chamada “experiência da torre” (Cf. SAARNIVAARA, Uuras. *Luther Discovers the Gospel: New Light upon Luther’s Way from Medieval Catholicism to Evangelical Faith*. CPH: Saint Louis, 1951. p. 92-120.; KOLB, Robert. Luther on the Two Kinds of Righteousness. In: WENGERT, T. J. *Harvesting Martin Luther’s Reflections on Theology, Ethics, and the Church*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 2004. p. 38-55.).

³³ Oswald Bayer parte das reflexões de Lutero sobre *Ecclesiastes* para observar que a ação da pessoa justificada no mundo, movida pela dinâmica de uma nova obediência, espontânea e livre, não visa a totalidade, a perfeição absoluta. Mas isso não a faz inoperante. De forma alguma. Isso a torna livre para fazer com boa disposição e desprendimento aquilo que lhe é possível fazer, conforme suas possibilidades (BAYER, Oswald. *Viver pela Fé: Justificação e Santificação*. São Leopoldo: Sinodal, 1997. p. 37).

³⁴ WESTHELLE, 2015, p. 18.

³⁵ BONHOEFFER, 2015, p. 42.

As atitudes da LC-MS e da ELCA, que me serviram de motivação para a escrita e exemplo para o argumento, podem ser consideradas insuficientes para dar conta do problema que enfrentam. A meu ver, coincidem em um ponto negativo e em outro positivo. O negativo seria a falta de negação da ideia de separação da humanidade em raças como algo natural. O ponto positivo seria o fato de ambas as instituições terem se manifestado, a seu modo, *contra* o racismo. Além desses pontos de semelhança, a partir da perspectiva aqui desenvolvida, ficou claro que, no caso específico da reação ao protesto em Charlottesville, a LC-MS produziu uma nota um tanto insuficiente e, até mesmo, inadequada pela hermenêutica mobilizada e imagem selecionada para a ilustração, por exemplo. Além disso, pareceu-me haver certo distanciamento, como se o problema devesse ser tratado pela Igreja apenas enquanto questão teológica. O envolvimento com a causa justa que se precisa defender no mundo, com e por pessoas reais, parece receber um olhar receoso ou titubeante. A ELCA, por sua vez, apresentou uma disposição mais coerente com a realidade e urgência do caso, parecendo refletir em seu discurso o entendimento de que não é somente de questões teológicas que se constitui o âmbito de atenção e ação da Igreja. O sofrimento e a justiça no mundo são também questões a serem tratadas pelo povo do Deus que se humanou. O caso aqui estudado pode dar algum direcionamento a uma importante questão que se impõe neste momento histórico para as pessoas que se identificam com a tradição luterana: que tipo de postura se espera de uma Igreja herdeira do legado de Martin Lutero?

Referências

BAYER, Oswald. *Viver pela Fé: Justificação e Santificação*. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

BIBLIA Hebraica Stuttgartensia. Ediderunt K. Elliger et W. Rudolph. Editio quinta emendate opera A. Schenker. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.

BONDS, Anne; INWOOD, Joshua. Beyond white privilege: Geographies of White supremacy and settler colonialism. *Progress in Human Geography*, v. 40, n. 6, p. 715-733, 2016.

BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. Trad. Helberto Michel. 11ª Edição. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2015.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Confissão de Augsburgo. In: *Livro de Concórdia: As confissões da Igreja Evangélica Luterana*. 6ª edição revisada e atualizada. Concórdia: Porto Alegre; Ulbra: Canoas; Sinodal: São Leopoldo, 2006.

ELCA commitment to confronting racism and anti-Semitism. Disponível em <<http://www.elca.org/News-and-Events/7896>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

KOLB, Robert. Luther on the Two Kinds of Righteousness. In: WENGERT, T. J. *Harvesting Martin Luther's Reflections on Theology, Ethics, and the Church*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 2004.

LEVI, Primo. A Zona Cinzenta. In: _____ *Os Afogados e os sobreviventes: Os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 31-59.

MOHR, Mark. Disponível em

<<https://www.facebook.com/ChristafariBand/photos/a.10151659289686476.1073741827.147913411475/10154958379256476/?type=3&theater>> Acesso em: 30 ago. 2017.

MULLINGS, Leith. Interrogating Racism: Toward an Antiracist Anthropology. *Annual Review of Anthropology*, v. 34, p. 667-693, 2005. Disponível em

<<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093435>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

Racism. Disponível em <<https://www.lcms.org/social-issues/racism>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

RIOS, C. M. *O próprio e o comum: rastros da interculturalidade na escrita de Fílon de Alexandria*. 2013. 403f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – UFMG. Belo Horizonte, 2013.

SAARNIVAARA, Uuras. *Luther Discovers the Gospel: New Light upon Luther's Way from Medieval Catholicism to Evangelical Faith*. CPH: Saint Louis, 1951.

SALZANO, F. M. Raça, racismo e direitos humanos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 225-227, jan/jun 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a15v1123.pdf>>. Acesso em 03 set. 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. In: *Psicologia Política*, v. 10, n. 19, p. 41-55, Jun. 2010. Disponível em

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a05.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2017.

STAVENHAGEN, R. Structural racism and trends in the global economy. *The International Council on Human Rights Policy Review Meeting*, 1999. p. 1-17. Disponível em <

http://www.ichrp.org/files/papers/164/112_-_

[_Structural_Racism_and_Trends_in_the_Global_Economy_Stavenhagen__Rodolfo__1999.pdf](http://www.ichrp.org/files/papers/164/112_-_Structural_Racism_and_Trends_in_the_Global_Economy_Stavenhagen__Rodolfo__1999.pdf)>

Acesso em: 23 ago. 2017.

THE GREEK NEW TESTAMENT. Fourth Revised Edition. Edited by Barbara Aland et al. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2000.

WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: Ética cristã a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martim Lutero. In: *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 14-29, 2017. Disponível em

<http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2936/pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

WESTHELLE, Vítor. 500 anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas. *Cadernos Teologia Pública*, n. 97, v. 12. São Leopoldo: Unisinos, 2015.